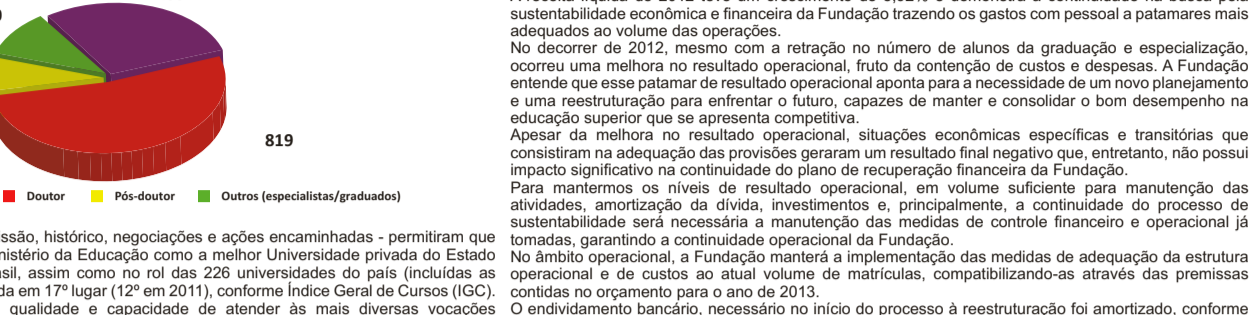


Relatório de Administração - Universidade Católica de São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ/MF nº 06.990.751/0001-24

Relatório de Administração

Em relação aos docentes, o quadro da PUC-SP conta com a seguinte qualificação:



Todas as condições somadas - missão, história, negociações e ações encaminhadas - permitem que a PUC-SP fosse avaliada pelo Ministério da Educação como o melhor Universidade privada do Estado de São Paulo, e segunda do Brasil, assim como no rol das 226 universidades do país (Incluídas as universidades públicas), classificada em 17º lugar (12º em 2011), conforme Índice Geral de Cursos (IGC).

Propicia aos que procuram a qualidade e capacidade de atender às mais diversas vocações acadêmicas à formação e qualificação profissional, humana e social, isso promovido pelas diversas áreas de atuação que oferece, por meio das novas Faculdades que integram: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuárias; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de Teologia.

Na última avaliação institucional divulgada pelo Ministério da Educação, a PUC-SP alcançou a máxima pontuação em todos os itens avaliados, ensino e pesquisa, desempenho filantropo-social e vida acadêmica e autonomia funcional de seus diversos órgãos, obtive a nota 5, a máxima possível.

Hospital Santa Lucinda
A PUC-SP mantém seu compromisso assistencial com a população de Sorocaba e região buscando melhorias na qualidade e segurança do atendimento cirúrgico e ambulatório, além de aprimorar seus espaços físicos através de investimentos para a modernização do Hospital Santa Lucinda.

Os investimentos realizados no hospital, como a ampliação do centro cirúrgico e a modernização exigem manutenção e atualizações tecnológicas constantes para que os resultados permaneçam dentro do padrão de excelência e qualidade que a PUC-SP busca proporcionar aos seus pacientes. O Hospital Santa Lucinda possui um investimento de aproximadamente R\$ 1,5 milhões em equipamentos novos em 2012 em relação ao ano anterior.

Assim o Hospital continua recebendo melhorias para adaptar, qualificar e modernizar sua infraestrutura de instalações e equipamentos, capacitando e aumentando a complexidade dos atendimentos efetuados no hospital.

O Hospital Santa Lucinda caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região, conforme demonstra o quadro a seguir:

N.º de consultas ambulatoriais	36.778
N.º de internações	14.207
N.º de cirurgias	8.709
N.º de partos	3.264
N.º de exames laboratoriais	79.291
N.º de exames complementares e de imagem	10.000

Desses atendimentos, 68,87% foram realizados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 120 leitos, sendo que neste exercício obteve 69,18% de taxa de ocupação geral, e dessa ocupação 52% de taxa de ocupação SI, sendo que a maioria dos procedimentos realizados foram em Além destes fatores, o Hospital Santa Lucinda é detentor do título OURO concedido pelo CEALAC, em um processo de qualidade iniciado em 2008.

Divisão de Educação e Realização dos Distúrbios da Comunicação
A DERDIC, Unidade Suplementar da PUC-SP, subordinada administrativamente à Fundação São Paulo, compreende a Escola de Educação Bilingue para Surdos, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli e a Centro de Apoio à Criança. Seus 02 profissionais oferecem atendimento educacional e atendimento clínico de excelência, a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisas com padrão internacional e de prestar assessoria a organizações afins.

A DERDIC atende em 2012, 114 crianças e jovens em educação regular; 153 jovens surdos nos campos da orientação e qualificação profissional - Aprendiz Surdo; 824 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação em Sorocaba e São Paulo; 101 alunos em programas de formação e de aprimoramento nas áreas de audição, voz e linguagem.

4) Desempenho operacional no último triênio (2010 - 2010)

RECEITAS	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Mensalidades - Graduação	290.253	271.504	254.718
Bolsas de Estudo - Graduação	(47.167)	(40.599)	(39.645)
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	243.086	230.905	215.073
Mensalidades - Pós-graduação	81.878	73.596	69.101
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	(26.186)	(21.808)	(21.808)
Mensalidades - COEGAE	55.682	51.790	49.580
Mensalidades - COEGAE	40.867	38.089	42.359
Bolsas de Estudo COEGAE	(2.978)	(3.376)	(5.633)
Recursos de terceiros	37.889	34.713	36.726
Recursos Líquidos Educacionais	336.657	317.408	301.739

CUSTOS/DESPESAS	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Custos com educacionais e hospitalares	(208.123)	(198.359)	(192.774)
Supervitúrio	184.334	172.722	157.078
DESPESAS OPERACIONAIS	(95.586)	(89.498)	(83.340)
Despesas com Serviços de Terceiros	(25.973)	(27.022)	(22.196)
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	(5.286)	(6.407)	(5.705)
Despesas Administrativas e com pesquisa	(18.177)	(16.747)	(16.025)
Despesas Operacionais	(145.022)	(136.674)	(127.266)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
393.057	371.081	349.852	

RECEITAS	2009	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	265	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	45	34	34
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2009	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Operacionais Líquidas	28.672	28.672	28.672
Recursos de terceiros	15.153	15.153	15.153
Recursos Líquidos Educacionais	15.153	15.153	15.153

RECEITAS	2010	2011	2012
Mensalidades - Graduação	261	261	261
Bolsas de Estudo - Graduação	36	36	36
Mensalidades - Pós-graduação	73	73	73
Bolsas de Estudo - Pós-graduação	26	26	26
Mensalidades - COEGAE	86	86	86
Bolsas de Estudo COEGAE	49	49	49
Recursos de terceiros	158	158	158
Recursos Líquidos Educacionais	453	453	453

CUSTOS/DESPESAS	2010	2011	2012
Custos com educacionais e hospitalares	15.153	15.153	15.153
Supervitúrio	8.101	8.101	8.101
Despesas Operacionais	8.472	8.472	8.472
Despesas com Serviços de Terceiros	8.169	8.169	8.169
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	7.375	7.375	7.375
Despesas Administrativas e com pesquisa	15.153	15.153	15.153
Despesas Operacionais	43.827	43.827	43.827
Despesas Oper			



Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ/MF nº 60.990.751/0001-24



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

>>> Continuação

do capital da Fundação. A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.940	15.690
Aplicações financeiras	8	6.324	8.479
Contas a receber de alunos e hospital	6	20.817	15.931
Bolsas restituíveis	7	9.100	15.120
		<u>57.181</u>	<u>55.220</u>

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento onde os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2012, a Fundação possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 29.847 sobre as contas a receber de alunos, representativas de 58,91% do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) e de R\$ 29.819 sobre as bolsas restituíveis, representativos de 76,62% do saldo de bolsas restituíveis totais, para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de liquidez

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31/12/2011						
Passivos financeiros não Derivativos						
Empréstimos e financiamentos	98.930	25.133	22.912	33.477	17.408	-
Fornecedores	5.034	4.738	-	296	-	-
Impostos parcelados	136.096	1.924	1.908	3.832	11.496	116.936
Diferenças salariais a pagar	9.602	627	-	-	-	8.975
Total	<u>249.662</u>	<u>32.422</u>	<u>24.820</u>	<u>37.605</u>	<u>28.904</u>	<u>125.911</u>

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31/12/2012						
Passivos financeiros não Derivativos						
Empréstimos e financiamentos	92.563	32.745	28.750	24.617	6.451	-
Fornecedores	5.195	5.195	-	-	-	-
Impostos parcelados	135.207	2.059	2.058	4.117	12.351	114.622
Diferenças salariais a pagar	10.714	10.714	-	-	-	-
Total	<u>243.679</u>	<u>50.713</u>	<u>30.808</u>	<u>28.734</u>	<u>18.802</u>	<u>114.622</u>

c. Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

	2012	2011
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	20.940	15.690
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(92.563)	(98.930)
Total	<u>(71.623)</u>	<u>(83.240)</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$ 71.623.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data-base em 31

de dezembro de 2012, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 7,27% cenário provável para o ano de 2012, ante a taxa efetiva de 8,40% verificada no ano de 2012.

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2012	8,40%	8,40%	8,40%
Dívida líquida	71.623	71.623	71.623
Taxa anual estimada do CDI	7,27%	9,09%	10,91%
Efeito no instrumento financeiro: (Redução) / Aumento	(809)	494	1.798

d. Estimativa do valor justo

A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

d.1. Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	31/12/2012 Valor Contábil	31/12/2012 Valor justo	31/12/2011 Valor contábil	31/12/2011 Valor justo
--	------	---------------------------	------------------------	---------------------------	------------------------

Ativos mensurados pelo valor justo

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	5	20.940	20.940	15.690	15.690
Aplicações financeiras	8	6.324	6.324	8.479	8.479
		<u>27.264</u>	<u>27.264</u>	<u>24.169</u>	<u>24.169</u>

Ativos mensurados pelo custo amortizado

Contas a receber de alunos	6	20.817	20.817	15.931	15.931
Bolsas restituíveis	7	9.100	9.100	15.120	15.120
Outras contas a receber		3.132	3.132	2.967	2.967
		<u>33.049</u>	<u>33.049</u>	<u>34.018</u>	<u>34.018</u>

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Empréstimos e financiamentos	10	92.563	92.563	98.930	98.930
Fornecedores		5.195	5.195	5.034	5.034
Impostos parcelados	13	135.207	135.207	136.096	136.096
Diferenças salariais	12	10.714	10.714	9.602	9.602
		<u>243.679</u>	<u>243.679</u>	<u>249.662</u>	<u>249.662</u>

d.2. Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Baseado nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** - Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

22 Cobertura de seguros (não auditado)

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 141.690 para cobertura dos edifícios, R\$ 3.462 para responsabilidade civil e R\$ 96.120 para máquinas, móveis, utensílios e instalações.

Secretaria Executiva

João Júlio Farias Júnior
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

José Rodolpho Perazzolo
Secretário Executivo da Fundação São Paulo

Controladoria

Mário Candido Santos
Controller - CRC 1SP218641/O-5

José Olímpio Cardoso Neto
Contador - CRC 1SP181828/O-5

23 Gratuidade através de bolsas de estudo e projetos

	2012	2011
Receita		
Mensalidades, taxas e inscrições	378.862	349.129
Cursos extracurriculares	36.952	37.577
Deduções da receita		
Bolsas de estudo concedidas	(76.342)	(65.781)
Descontos concedidos sobre mensalidades	(2.815)	(3.517)
Inadimplência líquida no ano - mensalidades	(3.810)	(9.386)
Total da receita efetivamente recebida	332.847	308.022
Gratuidade e custo do atendimento gratuito		
Bolsa Prouni	(31.063)	(26.699)
Bolsa doação Fundação São Paulo (bolsa para carentes)	(4.843)	(3.999)
Bolsa doação FUNDASP/DERDIC	(2.122)	(1.922)
Total de bolsas filantrópicas	(38.028)	(32.620)
Custo dos atendimentos e projetos sociais	(30.035)	(44.703)
Total de gratuidades	(68.063)	(77.323)
Percentual de gratuidades educacionais concedidas	20,45%	25,10%
Valor equivalente à cota patronal isenta	58.459	60.735

Tomando por base os critérios e premissas gerais para cálculo da gratuidade, a Administração da Fundação cumpriu as exigências legais nos exercícios de 2012 e 2011, aplicando em atividades filantrópicas os percentuais de 20,45% e 25,10% respectivamente, estando o valor total aplicado em gratuidade, no conjunto de bolsas e serviços, dentro dos percentuais totais indicados e acima da isenção da Cota Patronal do INSS usufruída.

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades sociais durante o exercício de 2012, apesar de a legislação prever a possibilidade de redução na aplicação, considerando o fato de as mesmas serem essenciais ao público atendido. A Fundação continua tomando todas as medidas necessárias para o cumprimento do volume de bolsas de estudos filantrópicas concedidas aos seus alunos. Os valores acima fazem parte das demonstrações de resultado e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

Dos atendimentos hospitalares realizados pelo Hospital Santa Lucinda, vinculado à Fundação, a maior parte se dá através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2012, os atendimentos aos pacientes através do Sistema Único de Saúde - SUS atingiram o percentual de 66,87%, privilegiando a população carente da região.

Isonções previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, decreto nº 2.536/98, art. 4º, parágrafo único e posteriormente pela Lei nº 12.101, art. 29º, e art. 40º, do decreto 7237 de 20 de julho de 2010, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, como se devidas fossem durante o exercício de 2012, correspondem ao montante de R\$ 58.459 (R\$ 60.735 em 2011).

Os montantes de isenções previdenciárias gozadas estão registrados nas contas do resultado da Fundação e são controlados em contas de compensação.

CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Fundação São Paulo é portadora de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEAS), emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 23 de julho de 1999, que assegurou a validade do Certificado concedido pelo Processo nº 259.085/70, em 5 de maio de 1971, por ter sido renovado através da Resolução CNAS nº 180, de 20 de julho de 1999, publicada no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1999, e aprovações posteriores. Nos anos 2000, 2003, 2006, a Fundação São Paulo requereu, tempestivamente, as renovações trienais do seu CEAS por meio dos processos protocolados sob os nºs 44006.004925/2000-64, 71010.002625/2003-96, 71010.003536/2006-18, respectivamente, as quais foram devidamente deferidas. Em 2009, requereu, novamente, a renovação do CEAS, conforme Protocolo CNAS nº 71010.004022/2009-14, datado de 27 de outubro de 2009, correspondente a última Prestação de Contas (triênio 2006-2007-2008), a qual foi encaminhada ao Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2010, conforme determina o art. 35 da Lei nº 12.101/2009 e seu Decreto Regulamentador 7.237/2010, Ministério Competente pela nova certificação (CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), deferida através da Portaria nº 31, de 12 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2012. Em 27 de junho de 2012, a Fundação São Paulo protocolou seu pedido de Renovação do CEBAS junto a SERES-MEC, Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, o qual se encontra em análise, permanecendo a Entidade assegurada através de seu Protocolo Temporário nº 23000.009919/2012-14, conforme dispõe o art. 8º do Decreto nº 7.237/2010 que regulamenta a Lei nº 12.101/2009.

Aprovação do Conselho Fiscal, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças e do Conselho Superior da FUNDASP

De acordo com o que determina o estatuto da Fundação São Paulo, as demonstrações contábeis apresentadas foram aprovadas pelo Conselho Fiscal, conforme Ata nº 2/2013 lavrada em 13/03/2013, pelo Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, conforme Ata nº 1/2013 lavrada em 20/03/2013, e pelo Conselho Superior, conforme Ata nº 129 lavrada em 04/04/2013.

Conselho Fiscal

José Eduardo Dias Soares
Presidente do Conselho Fiscal

Fábio Nusdeo
Membro do Conselho Fiscal

Marcel Solimeo
Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC SP290557/P-7

Ao Conselho Superior da Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas